Informativo CNI
Ano 2 • Número 9 • setembro de 2015 • www.cni.org.br

Créditos em pesos para grandes exportadoras são limitados pelo governo 2

Dívida de importadores já ultrapassam os US$ 8 bilhões 2

OMC e os desafios em 2015: como substituir o sistema DJAIS? 3

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Cenário político: escândalos acirram disputa presidencial na Argentina

As últimas semanas foram marcadas por escândalos que atingiram os dois candidatos presidenciais mais bem posicionados nas prévias de outubro: Daniel Scioli e Mauricio Macri.

O desastre ocasionado pelas inundações que afetaram várias regiões da província governada por Scioli o forçaram a retornar apressadamente de sua viagem pela Itália, ante o mal-estar social causado por sua ausência e a capitalização política feita por seus adversários na corrida eleitoral.

Ainda que diversas pesquisas relativizassem o impacto negativo do episódio sobre a campanha sciolista, um novo escândalo pôs em alerta toda a equipe no mês passado. As inúmeras denúncias de irregularidades nas eleições da província de Tucumán, onde o candidato oficialista teria saído vitorioso, provocaram uma série de protestos que se estenderam por mais de uma semana, na oportunidade em que a justiça eleitoral ainda não havia concluído a apuração do resultado final. A bancada opositora aproveitou para criticar e responsabilizar o atual governo nacional por essas irregularidades.

Já Mauricio Macri se viu imerso em um escândalo midiático, relacionado à assinatura de contratos fraudulentos entre o governo da Cidade de Buenos Aires e seu candidato a deputado pela província de Buenos Aires. A isto se agrega a denúncia por subutilização de orçamento em um complexo habitacional, que teve repercussões a partir da morte de um jovem de 17 anos devido à falta de reparos e serviços de manutenção da construção.

A estratégia de Mauricio Macri segue focada em capturar os votos da oposição. Recentemente o candidato finalizou um tour pela província de Córdoba, a segunda em importância a nível nacional, com o objetivo de conquistar os eleitores de Juan Manuel da Sota, pré-candidato da chapa de Sérgio Massa. A coalizão de Macri está confiante de que poderá captar parte desse grande volume de votos antigovernistas.

Em contraste, Scioli deixará a campanha pelo interior do país a cargo de sua mulher, Karina Rabolini, para concentrar seus esforços em seu próprio distrito bonaerense. Apesar da FPV (Frente para Vitória) ter obtido quase 40% dos votos provinciais, a soma dos votos dos dois pré-candidatos ao governo local (Aníbal Fernández e Julián Domínguez) ficou abaixo da previsão de sua equipe de campanha, levando-se em conta que a província de Buenos Aires é um tradicional bastião do peronismo. Ao mesmo tempo, as preocupações crescem com o aumento do risco de a FPV não ser capaz de reter a massa de eleitores, afetada pela desgastante campanha interna entre Fernández e Domínguez.

Todos estes fatos devem acirrar a concorrência eleitoral que os principais candidatos enfrentarão nos próximos meses. De toda forma, Daniel Scioli segue liderando nas pesquisas de intenção de votos.

Créditos em pesos para grandes exportadoras são limitados pelo governo

No dia 18 de Agosto de 2015, por meio da Comunicação "A" 5793 do Banco Central da República Argentina (BCRA), foram adotadas modificações na política de crédito instrumentada pelo organismo. A norma estabelece que as empresas que cumpram as condições para serem classificadas como "grandes exportadoras" deverão solicitar aos bancos comerciais a aprovação do BCRA antes de assumirem dívidas no mercado local.

Em um palco de fortes tensões pela falta de divisas na economia, agravado pela proximidade do vencimento de alguns títulos públicos (BODEN15 de aproximadamente US$ 5,9 bilhões), é possível que o objetivo das autoridades com essa nova medida seja de obrigar os grandes exportadores a vender as próprias divisas ou a buscar financiamento em dólares para sustentar o escasso nível de reservas.

Por outro lado, a persistente brecha cambial no mercado de divisas dos últimos meses fez com que os operadores optassem por dívidas em pesos, para evitar os riscos de uma eventual desvalorização no câmbio oficial.

As condições para que uma empresa seja considerada "grande exportadora" são as seguintes:

- As exportações de bens e serviços dos últimos 12 meses devem representar ao menos 75% de suas vendas totais - considerando o mercado interno e as exportações - para esse período;
- As empresas devem manter um custo total de financiamentos, em pesos, que supere $ 300 milhões.

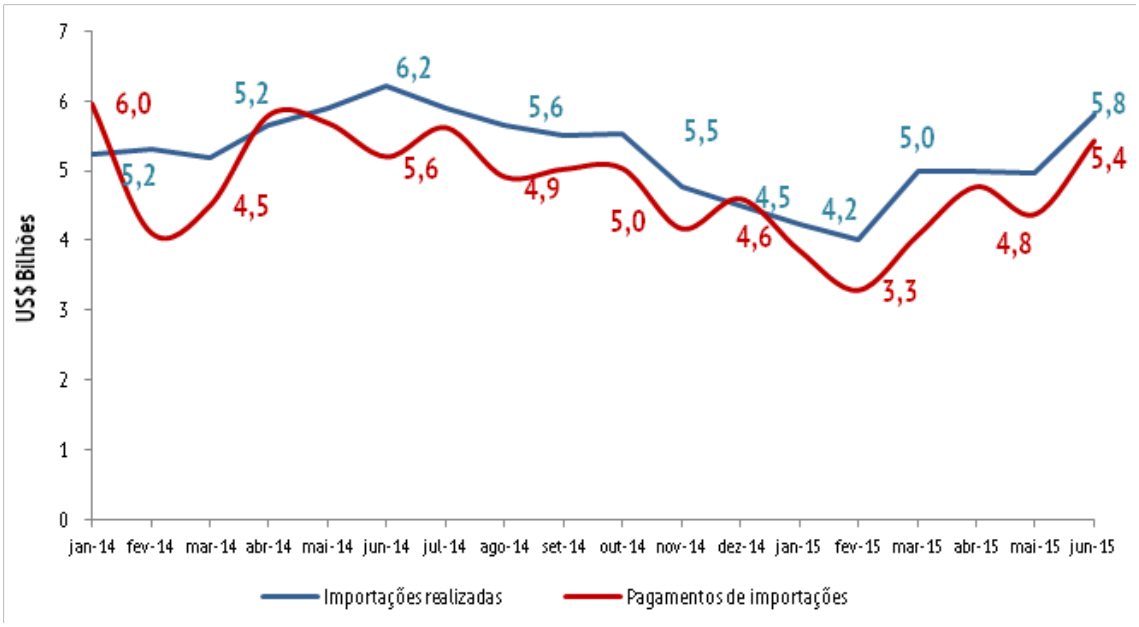
Dívidas de importadores já ultrapassam os US$ 8 bilhões

Conforme ocorrido em 2014, as importações argentinas continuam apresentando dificuldades, com uma queda acumulada de 12% nos primeiros sete meses do ano. Embora nos meses de junho e de julho as compras do exterior tenham caído em 7% e 4%, respectivamente, o que mostra uma desaceleração da queda em relação aos primeiros meses do ano, é provável que o resultado de agosto seja muito menos alentador, dado que as empresas vêm indicando um **agravamento** dos controles para ingresso de bens importados no país.

As principais denúncias foram realizadas pelas montadoras automotivas e as empresas importadoras de bens eletrônicos da Terra do Fogo. Durante as últimas semanas, a cota autorizada pela Secretária de Comércio para empresas instaladas nesta área não foi cumprida. No caso das montadoras, o governo estava autorizando a compra de até 66% do total admitido pela cota. As autoridades se comprometeram a regularizar a entrega de divisas o mais breve possível.

Nesse marco, outro indicador que tem chamado atenção é o da dívida dos importadores. De acordo com informação publicada pelo Banco Central da República Argentina (BCRA), os pagamentos de importações no primeiro semestre do ano atingiram os U$S 25,7 bilhões. No entanto, as importações realizadas acumulam um montante de U$S 28,9 bilhões. A diferença entre os valores alerta para uma grande quantidade de bens cujo pagamento ainda está pendente, e que, no final do ano, aumentará a dívida dos importadores, seja com suas matrizes ou em geral com seus fornecedores do exterior.

Importações realizadas & importações pagas (em U$S bilhões)



Fonte: ABECEB com base em INDEC

A diferença acumulada em 2014 foi de US$ 4,6 bilhões, com a qual se somam os US$ 3,2 bilhões do primeiro semestre de 2015. Assim, atualmente a dívida já estaria perto dos **US$ 8 bilhões.** A cifra seria ainda maior no caso de serem consideradas as DJAI pendentes de aprovação.

Até o fechamento do ano, o BCRA ainda deverá enfrentar uma saída importante de recursos com os pagamentos de dívida e as vendas de divisas para turismo e para poupança (que implicariam aproximadamente U$S 14,6 bilhões). Nesse sentido, é difícil vislumbrar um cenário favorável que permita regularizar a situação, ao menos no médio prazo.

OMC e os desafios em 2015: como substituir o sistema DJAIS?

Depois da já conhecida resolução da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a Argentina, relativa à suspensão das Declarações Juramentadas Antecipadas de Importação (DJAIs), as autoridades comerciais se encontram em pleno processo de desenho de um sistema que possa ser adaptado às diretrizes do organismo multilateral com o objetivo de substituir os mecanismos condenados no painel, que, além das DJAIs, incluem todas as ferramentas discricionárias que funcionam como obstáculo às importações.

Deve ser levado em conta que a resolução da OMC não implica necessariamente que a Argentina deva eliminar as DJAI, mas que as mesmas não podem ser utilizadas como um obstáculo para a entrada de bens no país. A data limite estabelecida para essa adequação é 31 de dezembro de 2015.

A Secretaria de Comércio tem realizado reuniões com representantes de vários setores produtivos para avaliar a possibilidade de avançar na implementação de normas técnicas e sanitárias, reguladas por organismos técnicos como o INTI (Instituto Nacional de Tecnologia Industrial) ou ANMAT (Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica). No entanto, dado que tais processos são demorados e excederiam os prazos definidos pela OMC, é pouco provável que a solução definitiva seja definida por tais ferramentas.

Outra alternativa mais factível seria retomar a adoção de licenças não automáticas (LNAs) similares às que vigoravam durante o gerenciamento do ex-Secretário de Comércio, Guilllermo Moreno. Neste caso, o governo procuraria dar maior transparência ao sistema pelo estabelecimento de requerimentos concretos para cada produto, com o objetivo de evitar que se convertam em mecanismos discricionários para bloquear importações.

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES | Publicação mensal Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT Gerente Executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe Técnica: Bruno Moraes, Daniel Alano, Eduardo Alvim, Fabrizio Panzini, Iana Silvestre e Lucia Maduro | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Supervisão Gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado a partir de informações da ABECEB com dados entre os dias 16 de agosto e 15 de setembro de 2015.